

Nome: Federação de Ginástica de Portugal
Email: engym.info@netcabo.pt

Contributo:
INTRODUÇÃO

A Federação de Ginástica de Portugal (FGP) é uma instituição que ao longo dos seus 55 anos de vida foi crescendo e firmando a sua posição no desporto português, sempre com a preocupação de contribuir para a saúde e melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da prática gímnica e de uma boa representatividade Portugal no estrangeiro.

É das poucas instituições desportivas que intervém regulamentando, promovendo e apoiando, actividades, disciplinas, projectos e serviços, nos três sectores da prática desportiva, ou seja, o Formal, o não Formal e o Informal. Bem como é das poucas Federações que abarca no seu seio práticas tão diversas que respondem às necessidades de toda e qualquer faixa etária da população e a todos os níveis de prática.

Sendo uma federação unimodalidade por definição, é na realidade constituída por 4 disciplinas competitivas distintas, 1 grande subuniverso de práticas não competitivas ou ginástica geral, além de outras actividades e projectos tão diversos, como o Play GYM, o Team Gym, uma Escola Nacional de Ginástica organizadora de centenas de actividades de formação nos últimos anos, protocolos com entidades diversas, organizadora e gestora de grandes eventos desportivos europeus e mundiais com resultados positivos e marcantes, além de ser uma das federações mais activas no relacionamento com a sociedade através da prestação de serviços que complementam o financiamento do sistema que coordena.

Gostaríamos de frisar que o nosso contributo neste Congresso tem como grande objectivo, ajudar nas alterações que julgamos necessárias para a sobrevivência da malha desportiva gímnica, das instituições que o desenvolvem e da própria federação, como estrutura que regula, desenvolve e apoia a prática aos seus associados (as Associações) e através destes, os associados deles (os Clubes).

As preocupações e análises expressas no presente documento têm como base, uma vasta experiência dos seus dirigentes e técnicos em todos os níveis de intervenção das estruturas gímnicas, tenha sido como ginastas, como técnicos, como dirigentes de clubes, como dirigentes de associações distritais, ou como dirigentes de federações nacionais, europeias ou mundiais. Ainda e também como em variados níveis de gestão da Administração Pública Desportiva (APD), de instituições académicas, empresariais e de organismos governamentais e não governamentais.

A nossa posição veicula uma posição da Direcção da FGP e não das nossas Associações Distritais e / ou Clubes.

Os caminhos e propostas apresentadas, são baseados em pressupostos que promovem a nossa modalidade, objecto do nosso Estatuto e eventualmente de outras federações, mas que têm como base as nossas preocupações fundamentais, formas de execução e de rentabilização de gestão, bem como actividades que vimos "desbravando" com alguns resultados.

Gostaríamos que o Governo e a APD, responsáveis por este período de reflexão que é o Congresso Nacional do Desporto, definisse e esclarecesse efectivamente, qual é a sua posição, metodologia de análise dos contributos agora apresentados e quais são as suas perspectivas de actuação no que

concerne a decisões posteriores a este momento. Tal como foi afirmada na sessão de abertura do congresso, estes contributos servirão para basear tomadas de decisão sobre as temáticas abordadas, sabendo que existe um passado e que não se está a partir de uma "base zero" como foi referido pelo Sr. Ministro de Presidência na abertura do Congresso.

Mas as futuras decisões políticas serão tomadas, tendo em conta que factores e com que critérios?

- Na quantidade de pontos de vista coincidentes sobre certas matérias?
- Em posições de preponderância ou de influência do emissor da opinião?
- Em resultados de estudos posteriores para validar hipóteses propostas?
- Numa análise política conjugada de todos os factores?

Servirão essas medidas a tomar para quê?

- Dar efectiva capacidade de autosustentabilidade de gestão às entidades do sistema?
- Estabelecer novas regras para a APD?
- Provocar (r) evoluções na organização do sistema desportivo?
- Ouvir, para ponderar e amadurecer a posição a tomar pelo Governo?
- Criar comissões posteriores para estudar, analisar e propor medidas que por sua vez terão que ser analisadas e ponderadas na sua viabilidade orçamental?
- Alterar a Lei de Bases do Desporto, como um fim em si próprio?

Saberá o Governo após uma miríade de opiniões, cada uma a representar quem a emitiu, destrinçar uma linha de rumo, conseqüente, justa e de desenvolvimento, longe do ruído de fundo que se vai manter para lá dos horizontes temporais do Congresso?

Gostaríamos ainda de ver esclarecido, que tipo de responsabilidade ou de representatividade foi atribuída a cada um dos oradores convidados para cada uma das sessões do congresso. Igualmente, os oradores da sessão de abertura, nas posições que assumiram perante os temas que lançaram, falaram em seu nome próprio ou fizeram eco de alguma preocupação da APD?

Os temas em que o Governo dividiu didacticamente o Congresso, são quanto a nós um primeiro indiciador desse caminho, mas quais são as suas teses?

Estas questões, em nosso entender serão aquelas que se não forem bem esclarecidas e assumidas pelos organizadores antes de qualquer conclusão deste congresso ser emitida, ditarão o possível fracasso e o isolamento dessas mesmas conclusões, as quais deverão ser nesse caso muito pouco assumidas.

Se estas questões e outras que se julguem pertinentes, não estiverem bem apresentadas e explicadas atempadamente, os resultados efectivos deste período, poderão ser quaisquer uns, para atingir uns quaisquer outros objectivos, podendo servir intuitos mais ou menos nublados, ou ainda puderem vir a justificar algumas medidas pouco fundamentadas ou de resistência à mudança, baseadas em conceitos e interesses pouco representativos, quantas vezes presentes no Desporto.

A Federação de Ginástica de Portugal quer melhorar o nível de gestão e de rentabilização dos recursos a que com todo o mérito tem direito. A FGP quer melhorar o nível de prática e de resultados dos seus ginastas e aumentar o nº dos praticantes das suas disciplinas, actividades e projectos.

A Federação de Ginástica de Portugal sabe que pode ser um parceiro efectivo da APD e do Governo para elevar o nível de qualidade dos serviços desportivos do seu universo de entidades e recursos e que podem ser uma

ferramenta para ajudar o Governo e a APD a atingir os seus anseios e objectivos de massificação de prática desportiva e melhoria da condição física dos Portugueses, saindo de uma posição Europeia última, que infelizmente vem ocupando desde há um século.

Assim sendo, e tendo em atenção estes aspectos, apresentamos com todo o empenho, alguns contributos que julgamos pertinentes, numa iniciativa, o Congresso do Desporto, que consideramos oportuna e justificada.

TEMA 3 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E TERRITÓRIO

Embora com uma intenção louvável, constata-se que continuam a ser erigidos pelo país uma série de "elefantes brancos", que não são utilizados ou rentabilizados efectivamente. Todas estas instalações construídas com motivações muito próprias dos responsáveis, continuam sempre a sair do mesmo local de financiamento.

Este facto denota uma falta total de coordenação tanto regional, entre autarquias locais vizinhas para rentabilização efectiva dos espaços e dinheiros, como nacional, que continua a autorizar construções pontuais e sem a mínima consistência ou existência de um Plano Estratégico de desenvolvimento desportivo do país, no que se refere a este aspecto. Todos constroem o que querem, onde querem e sem justificação ou estudos suficientes que possibilitem a análise prévia de necessidades ou o estudo de rentabilidade posterior.

Continua a observar-se a construção de Pavilhões Multidesportos que atingem custos astronómicos idênticos por vezes ao custo de 10 Salas específicas de desporto, mas que ao nível da ocupação ficam completamente inviabilizados na adaptação a esses 10 desportos ou à resposta de prática efectiva que essas 10 salas específicas dariam às populações.

No que concerne à definição de conceitos de espaços de prática gímnica e à construção e apetrechamento dessas novas salas gímnicas, a Federação de Ginástica de Portugal deveria ser sempre consultada, para se poder pronunciar sobre a tipificação e adaptabilidade dos mesmos. Porque a definição actual regulamentar da lei, de Ginásio, não se adapta ao ginásio tipo de prática, por exemplo, da Ginástica Artística (passa a ser uma sala especializada).

A legislação actual que define os critérios de construção e abertura de espaços desportivos é a mesma que regula o sector da restauração e todo o ripo de instalações que possam constituir risco para o ambiente e suas necessidades, e mesmo a equipa autárquica que controla estas autorizações não têm na sua composição ninguém especializado ligado ao desporto.

Quando esta fragilidade é sentida, as próprias Autarquias solicitam apoio ao IDP, por sua vez o IDP delega nas suas delegações regionais estas competências, as quais por não terem pessoal especializado para tal, delegam por sua vez para os serviços respectivos das Autarquias, fechando assim o circulo vicioso da incapacidade técnica de análise especializada.

Neste contexto, as Federações poderão surgir, cada uma na sua área de intervenção, como os parceiros técnicos ideais para o apoio a nível da

concepção, controlo, fiscalização e emissão da apreciação necessária para a abertura do espaço desportivo. Bastará para isso haver a autorização expressa e delegação de responsabilidades ao movimento associativo (Federações), com os critérios de execução destas funções devidamente definidos. A regulamentação própria desta intervenção viria posteriormente.

Esta autorização deveria ser analisada concomitantemente com o tipo de custos a ter com os recursos humanos especializados que se teriam de garantir (arquitectos e engenheiros), além da estrutura de custos acrescidas com a dimensionamento da equipa especializada da federação e que garantiria a sua intervenção efectiva pelo país e com respostas atempadas em termos de tempo.

Com base no conhecimento científico ligado à gestão desportiva, deve-se sempre partir das actividades existentes para potenciar o aparecimento dos restantes factores, nomeadamente as instalações e a formação de recursos humanos. O resultado está à vista, não é o facto de existirem 4 dezenas de instituições a fazer formação em outros tantos cursos de educação física e afins, nem o facto de existirem pelo país inúmeros espaços desportivos sem utilização, que a actividade existe. Neste ponto, o grande problema é mesmo criar estratégias que leve a população a praticar efectivamente, nos espaços existentes e com os professores que querem mas não têm trabalho.

Relativamente às instalações específicas para o desenvolvimento efectivo de atletas de alta competição, e para o trabalho das selecções nacionais, é opinião da FGP que existam sempre instalações de referência a nível de qualidade e completamente dedicadas a cada uma das disciplinas e idealmente só para o treino diário e contínuo. Nas questões das instalações de competição, na situação ideal essas também devem ser dedicadas através da sua adaptação pontual.

É essencial que cada Federação Desportiva tenha as suas instalações de excelência se possível com possibilidades ou proximidade de alojamento e estudo (CAR-especializado).